

Roberto Costa Fachin

Comitê de
Associação Científica

TRINTA ANOS da **ANPAD**

- *memórias, registros, desafios* -

Construindo uma Associação Científica:

copyright 2006 ANPAD

Projeto Gráfico e Capa
Marília Rylf-Moreira Vianna
Portfolio Design

Edição e Finalização
Scan - Edição e Produção Gráfica

Revisão
Daniela Schmitz

Imagens
acervo ANPAD

F139c Fachin, Roberto Costa
Construindo uma Associação Científica: trinta anos da ANPAD -
memórias, registros, desafios - / Roberto Costa Fachin. - Porto Alegre: [s.n.],
2006.

242 p.: il.; 15 x 21 cm.

Inclui bibliografia e notas.
Edição comemorativa aos 30 anos da ANPAD.

1. ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em
Administração - história. I. Título.

CDU 35:65(091)

CIP - Catalogação na fonte: Paula Pêgas de Lima CRB 10/1229

TRINTA ANOS da ANPAD
-memórias, registros, desafios-

por
Roberto Costa Fachin

com prefácio de:
Carlos Osmar Bertero

capítulos específicos por:
Peter Spink
Roberto Moreno
Tânia Fischer

Walter Fernando Araújo de Moraes

depoimentos de ex-Presidentes
e colaborações especiais, em determinados capítulos, de:

Antonio Artur de Souza
Cláudio Hoffman Sampaio e Marcelo Gatterman Perin
Clóvis L. Machado-da-Silva
José Antonio Gomes Pinho
Marcelo Milano Falcão Vieira
Tomás de Aquino Guimarães
Valéria Fonseca

e a colaboração da comunidade anpadiana

PREFÁCIO

Entregamos neste trigésimo aniversário da ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – a nossos associados e à comunidade científica este relato de nossos primeiros trinta anos.

Graças ao trabalho e ao empenho de Roberto Costa Fachin, temos um texto que abarca as diversas facetas do desenvolvimento da ANPAD até o momento. Cronologicamente, encontramos os períodos cobertos pelos mandatos dos diversos Presidentes. Depois, temos tópicos específicos sobre atividades que se foram criando e que acabaram sendo fundamentais para a nossa Associação. Dentre eles, temos os encontros setoriais, mais recentes e que se iniciaram a partir de 2000. Em seguida, temos a criação das Divisões, ainda em fase de implantação e as preocupações que se intensificaram com o ensino de Administração. As Divisões e o aumento da produção científica levam à necessidade de que, além da RAC – *Revista de Administração Contemporânea* e da BAR – *Brazilian Administration Review*, se criem outros periódicos. Finalmente, temos a criação de uma Diretoria que se ocupa de Acreditação e ainda supervisiona o PCDA – Programa de Capacitação de Docentes em Administração. Não se pode deixar de registrar o desenvolvimento e a consolidação do Teste ANPAD como um dos instrumentos usados pelos Programas no processo seletivo dos candidatos.

A ANPAD é parte integrante do processo de institucionalização da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Criada há trinta anos por estímulos oriundos de órgãos governamentais encarregados da implantação da pós-graduação, trilhou um longo caminho, no qual se acumulam mais sucessos e experiências positivas do que falhas e insucessos. A pós-graduação sofreu diversas mudanças, como era de se esperar ao longo destes trinta anos e igualmente a ANPAD.

Iniciada com 10 Programas que foram os pioneiros a iniciar a pós-graduação entre nós, com cursos de mestrado apenas, hoje abriga aproximadamente 70 Programas. A tendência é naturalmente para que este número aumente.

Ao longo de trinta anos, a ANPAD cumpriu os propósitos com que foi iniciada. Sua criação foi inclusive estimulada pelas autoridades educacionais no momento em que se iniciava o processo de implantação da pós-graduação no país. Na verdade, a pós-graduação não surgiu abruptamente. O nosso passado universitário registra atividades de pós-graduação, como os antigos doutorandos, as livre docências e o título amplo, abrigando muitas modalidades de atividades, que era a especialização. Mas estes Programas eram ligados apenas a

algumas universidades, sem a necessária ingerência das autoridades federais. Participavam destas atividades, buscando doutorados, livre docências e especializando-se apenas aquelas pessoas que já faziam parte do quadro docente das instituições de ensino superior. Igualmente estas atividades eram vistas como manifestações de uma maturidade intelectual e profissional, perseguidas por pessoas que se encontravam pelo menos na metade de suas carreiras e com mais idade do que o atual alunado de Programas *stricto sensu*.

O modelo que se implantava teve sua origem na *hochschule* alemã que nos chegou através do modelo universitário norte-americano. Diversamente do que existia até então como pós-graduação ou atividades e graus que se obtinham após o bacharelado e a licenciatura, o novo modelo era de natureza nitidamente mais escolar. Implicava em créditos a serem obtidos pela frequência a cursos complementados com uma tese ou dissertação calçada, de preferência, em pesquisa. No novo modelo os graus eram basicamente voltados à preparação de pesquisadores. O que se pretendia era formar pessoas que não se dedicariam à atividade profissional em seus campos respectivos, mas seriam os reprodutores da instituição universitária, ensinando e pesquisando. A junção da pesquisa e da docência era considerada traço fundamental do novo modelo em conformidade com o que havia sido proposto por Humboldt para a Universidade de Berlim, ainda no início do século XIX.

Não é difícil perceber que o novo modelo não era proposto isoladamente. Ele seguia o processo de reforma universitária consubstanciado em lei de 1969, na qual, entre outras coisas, se aboliam as cátedras, se estruturava a universidade em termos departamentais e se propunha uma carreira docente que pressupunha que seus ocupantes fossem formados no sistema de pós-graduação que então se implantava. O instrumento legal e administrativo com que as autoridades educacionais pretendiam levar avante a nova pós-graduação era o I PNPQ - Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação.

Este foi, em linhas gerais, o contexto no qual se criaram os primeiros Programas de mestrado, depois a serem seguidos por doutorados que logo se implantaram nos Programas pioneiros. Foi naquele momento que a ANPAD foi criada, por sugestão das próprias autoridades educacionais. A nossa Associação não foi fato isolado. Outras áreas fizeram o mesmo em associações que até hoje estão entre nós como a ANPEC para a Economia, a ANPOCS para as Ciências Sociais, a ANPED para a Educação e muitas outras.

O que se pretendia era congregar os Programas para que juntos pudessem trocar experiências e, especialmente, inserir-se no sistema que então se delineava, no qual duas agências federais que já existiam, a CAPES e o CNPq,

passavam a ter novas funções e a desempenhar papel relevante na pós-graduação, como acontece até nossos dias. Os comitês das diversas áreas se formalizaram junto às duas agências e uma Associação de Programas poderia melhor dar cumprimento às tarefas de representação e exercício da arte de influenciar favoravelmente, noutras plagas chamadas legitimamente de *lobbysing*, também praticada entre nós, mas não com este nome, que permanece estigmatizado.

Como se constata na cronologia das diversas Diretorias e Presidências, elas não foram nem poderiam ter sido homogêneas e de igual impacto e importância. Na verdade, como muitas coisas na vida, o sucesso depende de fatores controláveis e de muitos incontroláveis. A pós-graduação teve no país uma trajetória inegavelmente ascendente. Mas não sem percalços. Chegou a estar nalguns momentos ameaçada. Uma grande ameaça que enfrentamos na área de Administração foi quando se tentou, de fato e legalmente, felizmente sem sucesso, substituir a pós-graduação *stricto sensu* pela de *lato sensu* para o provimento de cargos docentes e de pesquisadores e, conseqüentemente, para a avaliação das instituições de ensino superior. Houve um período de gestação, que foram os primeiros anos, seguidos de um período de crescimento mais moderado do número de Programas até o grande salto que ocorreu a partir da década de noventa. Aumento não só quantitativo, mas também a introdução, de maneira ambivalente e relutante dos mestrados profissionais, que até hoje dividem a nossa comunidade. As Diretorias que nos dirigiram souberam aproveitar estes momentos. As gestões de Roberto Moreno e Clóvis Machado-da-Silva foram aquelas em que mais crescemos em termos de número de Programas e, especialmente, em nossa produção científica. Digamos que, embora não tenham sido os responsáveis por fatores que não controlavam, souberam muito bem aproveitar os ventos favoráveis e os céus límpidos para projetar ainda mais nossa Associação. A menção destes dois antecessores não é uma avaliação que os colocaria em posição superior aos demais companheiros que exerceram a Presidência. Diz-se, simplesmente, que ocuparam o cargo e souberam utilizá-lo adequadamente em circunstâncias particularmente favoráveis. Outros, certamente, trabalharam com o mesmo empenho e dedicação, mas coube-lhes nos dirigir em momentos possivelmente não tão propícios.

De um início modesto, a ANPAD assumiu a fisionomia de uma Academia Brasileira de Administração. Isto ocorreu depois da criação das Divisões, permitindo a entrada de pessoas e não mais só de Programas. O número de associados e das pessoas que se fazem presentes em nossos diversos encontros está entre os maiores eventos do gênero no mundo. O número de trabalhos submetidos e aprovados e apresentados também torna o encontro maior do

que os que ocorrem em qualquer país do mundo, à exceção do encontro anual da Academy of Management, dos Estados Unidos. Não se trata de ufanismo ingênuo, mas de uma factual comparação de dados e fatos.

Dependíamos para realização de nossas primeiras atividades, especialmente de nossos encontros, inteiramente de apoio oficial. Apenas as taxas de contribuição de nossos poucos Programas associados de então jamais permitiriam que nossas atividades prosseguissem. Atualmente, a situação financeira da Instituição é bem mais confortável, embora sempre tenha que ser prudentemente conduzida, especialmente porque os recursos oficiais, que ainda nos chegam, constituem um aporte quase simbólico.

Se em nosso trigésimo ano de existência compararmos o que realizamos com o que nos propúnhamos realizar, não há como duvidar que o objetivo central foi alcançado, ou seja, colaborar e trabalhar pela consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em nosso país. O Brasil tem apresentado seus Programas de pós-graduação como um sinal claro de sucesso para o restante do mundo. Se considerarmos que em nosso país a primeira universidade foi criada no final da década de vinte, do século passado, e que a primeira universidade brasileira de maior envergadura, a Universidade de São Paulo, só foi criada em 1934, não há como duvidar que a pós-graduação consolidou-se em pouco tempo. Chegamos ao final do século passado com cerca de 800 Programas de qualidade variável, mas com um número razoável com notas no terço superior do gradiente de avaliação, o que lhes assegura um nível de qualidade que, mesmo medido internacionalmente, nos coloca em situação favorável. Não há dúvida que ficamos ainda muito a dever aos Programas das universidades de maior prestígio do mundo e que ainda há um longo caminho a ser trilhado. Atualmente, o país forma na maioria das áreas, incluindo a de Administração, a quase totalidade de seus pesquisadores e professores o que não ocorria num passado recente. Os primeiros Programas de Pós-Graduação em Administração foram implantados por Programas que ainda contavam com bom percentual de docentes que tinham obtido seus graus de mestre e doutor em universidades estrangeiras.

Quando se celebra uma data relativamente longa de existência de uma Associação como a nossa ANPAD, fala-se em sucesso institucional. Parte dele foi ter participado e atuado vigorosamente na consolidação da pós-graduação em Administração, mas outra dimensão importante do processo institucional é a permanência ou sustentabilidade, termo mais contemporâneo. Uma diferença marcante entre uma organização e uma instituição é a duração no tempo. Embora nunca se possa pretender eternizar, instituições desfrutam de uma existência mais duradoura. Veja-se que empresas e unidades diversas do aparato públi-

co merecem o nome de organizações, enquanto o Estado, a família e a universidade são chamadas de instituições. Estas comparações são aqui registradas a fim de enfatizar a duração e a consolidação como aspectos importantes de nossos cursos de pós-graduação e também da ANPAD.

Mas, se os 30 anos de existência demandam celebração, não demandam menos que vejamos o que há por fazer e o que a ANPAD deve se propor num futuro próximo. Evitaria o termo desafio, por excesso de uso, mas ficaria com tarefas a realizar.

Primeiramente, temos a internacionalização. Há muitas maneiras de entender o termo. Há os que a entendem como adesão irrestrita e sem críticas ao que é predominante (*mainstream*) na produção científica e nas correntes teóricas existentes nos países chamados também de centrais ou desenvolvidos. A este tipo de internacionalização nos recusamos a aderir. Mas entendemos internacionalização como presença num cenário internacional, publicando, participando de eventos e congressos e também participando de atividades de ensino e pesquisa em instituições fora de nosso país. Também consideramos internacionalização a presença de companheiros da academia de outros países em nossas atividades. Não só em nossos encontros da ANPAD, mas ensinando, pesquisando e orientando em nossos Programas de mestrado e doutorado.

A internacionalização deve ser entendida como recusa ao isolamento, porque ele não só é pragmaticamente indesejável como eticamente inaceitável. O isolamento não produz necessariamente bons resultados. A autonomia sob a forma de autarquia, ou seja, bastar-se a si mesmo fechando-se deliberadamente a tudo e todos que venham de outras culturas é praticamente impossível. Ética e moralmente é condenável da perspectiva de uma humanidade solidária. Se tivermos algo a oferecer em termos de conhecimento e experiências, não nos será permitido deixar de fazê-lo.

Nossas dificuldades com relação à internacionalização são várias e remontam a nossa própria formação. País continental onde a noção de fronteira não é sentida no cotidiano. Nossos vizinhos estão a milhares de quilômetros e poucos de nós têm contato com eles, a não ser as escassas populações que vivem nas fronteiras. Neste espaço falamos uma única língua. A condição de povo monoglota decorre em boa medida de nosso tamanho e de nosso isolamento geográfico determinado. Em nossa atividade acadêmica de Administração repetimos o que acontece com nosso país no mundo. Apesar de nosso tamanho geográfico e demográfico, do tamanho de nossa economia e de diversos indicadores objetivos de importância, somos mundialmente um país do tipo

low profile, pouco influenciando os acontecimentos mundiais e sendo até modesto no contexto latino-americano.

O mesmo ocorre com a atividade científica da área de Administração. Fomos um dos primeiros países, à exceção dos Estados Unidos, a iniciar Programas de graduação e pós-graduação em Administração. O desenvolvimento de currículos de graduação em Administração em nosso país foi contemporâneo da expansão de Programas profissionalizantes nos Estados Unidos. Temos um volume de produção científica e encontros que, como já foi mencionado anteriormente, nos situam entre os maiores centros de geração de trabalhos científicos em Administração no mundo. Mas, apesar disto, permanecemos isolados. Poucas presenças estrangeiras em nossa academia e em nossos encontros e, especialmente, pouquíssimas publicações de nossa autoria em periódicos internacionais. Outros países emergentes, aos quais somos freqüentemente agragados como a China e a Índia, já se posicionam de maneira diversa da nossa. Embora cheguem mais tardiamente ao mundo da educação em Administração, manifestam interesse e se expõem internacionalmente enquanto continuamos relutantes, tímidos e voltados sobre nós mesmos.

Um derradeiro argumento, de natureza institucional e normativa, é que a política governamental de pós-graduação, manifestada em normas da CAPES e nos critérios do CNPq colocam a internacionalização como condição necessária e indispensável para que os Programas atinjam os níveis 6 e 7, os mais elevados pelo actual sistema de avaliação. Se rejeitamos a internacionalização como adesão irritertrita ao *mainstream*, predominantemente norte-americano, não podemos ignorar que a internacionalização também implica em levar nossos conhecimentos e experiências a outras comunidades científicas e profissionais.

Segundamente, temos a tarefa de apoio ao ensino com ênfase em docência. O modelo de pós-graduação adotado em nosso país a partir da década de setenta do século passado, como lembrado, é de origem prussiana, remontando à Universidade de Berlim. A universidade norte-americana, de onde importamos o modelo, portanto não o criou, mas apenas adaptou-o. Traço importante do modelo é a união do ensino e da pesquisa. Se interpretado radicalmente, o espírito da universidade berlinense seria de ensinar apenas aquilo que tivesse resultado de pesquisa. Daí o fato de os Programas enfatizarem a formação de pesquisadores, especialmente o P.H.D. norte-americano, que é sempre apresentado como um grau de pesquisa (*research degree*).

Ao adotarmos o modelo, a ênfase acabou sendo necessariamente na formação de pesquisadores. A nossa realidade educacional demandaria e ainda demandaria mais ênfase em ensino, na medida em que somos um país com imenso

déficit educacional em todos os níveis e especialmente no ensino superior. Mas a avaliação de Programas e de docentes vinculados à pós-graduação sempre deu maior importância a publicações, o que implicava em privilegiar Programas voltados à pesquisa. Finalmente, tivemos o triunfo do modelo de *normal sciences*, oriundo das Ciências Exatas e Biológicas, e que acabou se impondo também em nossos Programas de Administração. Gradativamente os Programas, especialmente os de mestrado, que haviam sido inicialmente calcados nas áreas funcionais de Administração, foram se organizando ao redor de linhas de pesquisa. Este processo intensificou-se de uma década para cá, quando os Programas abandonaram o antigo formato e tentam ainda hoje, consolidar linhas de pesquisa. Naturalmente, os diversos Programas se encontram em estágios diversos deste modelo. O corolário inevitável do *publish or perish* é o aparrágio do privilegiado da pesquisa sobre a docência.

Todavia a maioria dos mestres e doutores que formamos deverá ensinar. O espaço para profissionais acadêmicos que se dediquem exclusivamente ou mesmo prioritariamente à pesquisa é bastante reduzido entre nós. Quando se contrata um professor entende-se que sua carga de trabalho será totalmente cumprida em sala de aula com tempo reduzido, se o tiver, para tarefas de pesquisa.

Por outro lado, a expansão da graduação em Administração, atualmente responsável por aproximadamente 15% das matrículas no terceiro grau, tem demandado um número crescente de docentes. Dados do último Censo do Ensino Superior, realizado pelo Ministério da Educação, indicam grande carência de professores titulados. A maioria ainda é formada por bacharéis e especialistas, sendo ainda relativamente reduzido o percentual de mestres e menor ainda o de doutores. A perspectiva inevitável é que o número de matrículas aumente, porque o país ainda se encontra em situação inferiorizada até mesmo diante de seus vizinhos latino-americanos, para não mencionar os europeus. O aumento da graduação puxa inevitavelmente o da pós-graduação para a formação de docentes.

O PCDA - Programa de Capacitação de Docentes em Administração, iniciativa da ANPAD e que se encontra em processo de crescimento e consolidação, é um programa de importância decisiva que tem estimulado os Programas Associados a incluírem em seus currículos cursos, *workshops* e outras atividades que enfatizem o ensino e a docência. Isto não significa que se esteja menosprezando a pesquisa, ou procurando alterar o curso da Associação. Pesquisa voltada à realidade do ensino e à problemática da docência e de docentes é perfeitamente cabível e deve continuar a ser realizada. Ainda em linha com a busca de maior espaço na Associação para ensino e docência, registre-se a recente criação da Divisão de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade.

Outra importante tarefa é a da solidariedade para com a comunidade e para com outros Programas. O tópico foi recentemente incluído nas planilhas de avaliação dos Programas. Naturalmente não se sabe exatamente o que venha a ser solidariedade quando aplicada a Programas de pós-graduação. O tema ainda demanda esclarecimentos e será provavelmente explicitado pela própria comunidade acadêmica. Mas ele se insere num contexto que é competitivo. Na medida em que Programas são avaliados pela CAPES levando a um ranking que hierarquiza, cria-se um espaço competitivo. A solidariedade aciona o registro da cooperação e do esforço conjunto para que todos cresçam. Isto leva a uma dimensão ética que é generosidade humana. O ser humano como amalgama de contradições pode abrigar diversas dicotomias. A cooperação e a competição é a que aqui encontramos. A área de Administração ainda tem a maioria de seus Programas em nível 3 e 4. Poucos com nível 5 e menor número ainda de 6. Ainda não temos, infelizmente, nenhum Programa que tenha merecido o nível 7.

Atos solidários seriam medidas e ações de apoio a Programas menos consolidados por Programas que tenham maior experiência. Isto pode assumir diversas formas, intercâmbio de professores e até propostas de atividades de docência e de pesquisa realizadas conjuntamente. No Brasil, há enorme espaço para iniciativas solidárias em Administração. Basta que se veja a concentração de Programas de pós-graduação em partes do território nacional. O sudeste concentra a maioria, seguido do sul e bem mais recuado vem o nordeste. Não temos quase nada no centro-oeste e no norte do país. Regiões imensas que ainda estão sendo economicamente incorporadas à nacionalidade possuem apenas Programas de graduação.

A tarefa seguinte é a de aproximar-se e apoiar a graduação. Quando se criaram os Programas de pós-graduação foi colocado como tarefa a ser desempenhada não só a formação de mestres e doutores e a consequente produção de conhecimento, mas o apoio à graduação. Que houvesse um efeito de fecundação ou de transbordamento do que se criava e produzia na pós para aprimoramento e transformação dos cursos de graduação. Continua-se a prestigiar e encorajar docentes dos núcleos permanentes que também ensinam na graduação. Sempre houve a preocupação de se evitar que a pós se transformasse num *gheto* acadêmico.

A atenção à graduação se faz necessária não só pelo fato de ser um dos cursos, juntamente com o Direito, que detém o maior número de matrículas atualmente, mas especialmente devido aos problemas de qualidade. A rápida expansão do ensino superior em nosso país não mereceu infelizmente os investimentos necessários em treinamento de docentes e tecnologias educacionais. A

forma mais imediata de se apoiar a melhoria da qualidade da graduação é estimulando professores de cursos de mestrado e doutorado que continuam a colaborar de todas as formas com Programas de graduação nas instituições em que atuam e prosseguindo com os esforços recentemente iniciados pelo PCDA. A ANPAD deverá dedicar mais atenção às questões de ensino em seus encontros prestigiando trabalhos voltados a problemas de docência e também promovendo outros eventos e aproximando-se da ANGRAD - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração.

A próxima tarefa é consolidar as Divisões. Quando criadas pela Assembléia Geral de nossa Associação o que se pretendia era aproximá-la do modelo de uma Academia que congregasse não apenas Programas, mas também pessoas. Respondia também a uma nova concepção de nossa organização que buscava a descentralização, dando maior autonomia às Divisões que ainda guardam vínculos com as áreas funcionais clássicas de Administração. Havia também o intuito de descentralizar, em parte devido ao tamanho alcançado pela Associação e em parte por desejar abrir espaço para iniciativas das diversas áreas. Até então, toda a organização da ANPAD gravitava em torno da Diretoria, especialmente da científica. As atuais Divisões reportam ao Diretor Científico, mas não dependem inteiramente dele.

Elas vêm usufruindo de autonomia para tomar decisões nas organizações de seus eventos de área e também na realização do EnANPAD.

Mas não podemos considerar as Divisões ainda consolidadas. Vive-se um processo de aprendizagem. As Divisões diferem entre si pelo número de associados e pela densidade e variedade de atividades. É necessário ainda estimular a adesão de pessoas às Divisões. Elas estão abertas a docentes e pesquisadores e também a estudantes de pós-graduação, bem como a pessoas que, embora não estejam vinculadas a organizações educacionais, atuam em empresas ou outros tipos de organização que se envolvem com pesquisa e educação administrativa. Isto é importante num momento em que percebemos que em meio às transformações vertiginosas pelas quais passa a educação e o sistema educacional, as escolas não são mais as detentoras de um monopólio do ensino e da pesquisa. Quando se fala de educação executiva ou de educação para profissionais de Administração, surgem empresas de consultoria e de treinamento. Muitas empresas de maior porte desenvolvem amplos setores de P & D - Pesquisa e Desenvolvimento que abrigam pessoas com graus avançados e, portanto, profundamente qualificadas para se associarem as nossas Divisões.

Finalmente, resta a tarefa de aumentar as atividades de publicações da ANPAD. O início foi com os Anais dos Encontros da ANPAD. A seguir, tive-

mos a RAC – Revista de Administração Contemporânea que se consolidou como Nacional A no sistema Qualis. A seguir, foi lançada a BAR – Brazilian Administration Review apenas em forma eletrônica. A próxima etapa será o lançamento de uma versão eletrônica da RAC. Com isso, pretende-se aumentar o espaço para publicações de artigos. A RAC já tem uma fila de espera, formada por artigos já aprovados pelo sistema de *double blind review* que, no momento, permitiria que fosse publicada pelos próximos três anos apenas com os artigos que esperam “na fila”.

Além desta razão, é imperioso reconhecer que o mundo dos periódicos científicos vive momento de transição. Apesar do hábito e do fascínio que sobre todos nós exerce a edição impressa, a tendência é cada vez maior para que se caminhe para a virtualidade. Os serviços de hospedagem de periódicos e que possuem sofisticados sistemas de busca, permitindo seu uso para a pesquisa, já ocuparam um lugar que os tornam insubstituíveis e absolutamente necessários. A tendência para a venda de assinaturas de periódicos impressos é declinante. Vive-se cada vez mais a dificuldade de armazenar revistas impressas.

A possibilidade de expansão das publicações segue a tendência à especialização e depende do dinamismo das Divisões na geração de produção científica em suas áreas respectivas. No momento, esta produção não é homogênea entre as diversas Divisões da Associação. Ainda no universo das revistas, pode-se pensar na possibilidade de que eventuais periódicos de Divisões venham a ser um passo em direção à especialização.

Atualmente, entre as revistas internacionais A e B não encontramos mais revistas generalistas que abranjam todas as áreas. No Brasil, as revistas são quase todas “generalistas”. A RAE – Revista de Administração de Empresas, a RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo e a RAC – Revista de Administração Contemporânea publicam em todas as áreas. A RAP – Revista de Administração Pública e a O & S – Organizações e Sociedade já deixam o universo generalista e manifestam alguma especialização. Embora todos sejamos leitores e assinantes destas revistas generalistas, reconhecemos que não lemos tudo o que é publicado. Acabamos por ler artigos nas áreas de nossa atuação e talvez de áreas sobre as quais tenhamos algum conhecimento, mas não chegamos a ser pessoas da área. É difícil encontrar atualmente pessoas que possuam uma cultura geral de Administração que lhes permita navegar confortavelmente em todas as áreas. A tendência de especialização dos periódicos é consequência desta fragmentação do campo.

A expansão das publicações da ANPAD pode ainda contemplar livros. As possibilidades aqui são as mais diversas. Não se trata aqui de propor uma

política editorial, certamente necessária quando se cogira expandir um setor de publicações. Uma possibilidade seria a de oferecer textos que pudessem divulgar a produção científica dos Programas Associados. Uma alternativa, que não exclui as demais, seria a publicação de textos puramente acadêmicos e que sem-pre encontrem dificuldades em despertar o interesse de editoras comerciais.

Concluindo este prefácio, diremos aos leitores que o texto de Roberto Costa Fachin nos faz percorrer o itinerário de nossa Associação, trazendo a muitos de nós memórias gratas e sempre num estilo descritivo e agradável. Outros colaboradores se uniram para a realização da tarefa. Em nosso trigésimo aniversário, oferecemos um exemplar a todos os nossos associados e àqueles que com- parecem a este 30º EnANPAD. Mas deixo aqui registrado em nome de todos os Associados, Programas e pessoas, o agradecimento àqueles que nos dirigiram, ocupando a Diretoria da ANPAD para que pudessemos hoje estar celebrando um bem sucedido processo de institucionalização e podendo refletir e pensar em novos objetivos e tarefas para o nosso futuro.

Carlos Omar Bertero

setembro de 2006

APRESENTAÇÃO

Ano 29 – As origens deste livro

Um auditório com cerca de 1000 pessoas foi o plenário para a sessão de encerramento do XXIX EnANPAD 2005 – Encontro Nacional da ANPAD – realizado no dia 21 de setembro, no Blue Tree Park Hotel, em Brasília.

Como de hábito, nos eventos dos últimos anos, houve uma prestação de contas, pelo Diretor Científico da ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), professor Walter Moraes, a respeito do volume de trabalhos submetidos ao encontro (3020), do número de trabalhos avaliados (2723), de trabalhos não avaliados (297) por motivos vários (for-
lhos avaliados: 11%; identificados – impossibilitando o *blind review*: 18%;
matto: 53%; repetidos: 11%; a pedido: 9%). De todo o processo, para o qual trabalharam convidados: 8%; a pedido: 9%). De todo o processo, para o qual trabalharam 519 avaliadores, nas mais diferentes áreas, chegou-se a 778 trabalhos inscritos e apresentados no encontro.

O professor Walter Moraes, seguindo a mesma sistemática adotada pelo Diretor Científico anterior, professor Rogério Quintella, fez apresentação em *paper point* da frequência na submissão de trabalhos para o XXIX EnANPAD. O quadro indicava que, nos primeiros 28 dias, o número de submissões diárias era pequeno: de submissão de 17 e 19 trabalhos por dia em 2004, passou a 4,2 por dia em 2005. À medida que se aproximava a data fatal, ia crescendo o número de submissões: dois dias antes do último dia o número de submissões passou de 130 em 2002 a 309 em 2005; e, finalmente, em torno de 1000 trabalhos/dia no último dia (em 2002) ou 1938 (em 2005). Mas, no último segundo do prazo fatal, o número de trabalhos submetidos sempre subiu: para 1.25 trabalhos/segundo (2004) a 3,65/segundo (2005). Ou seja, o encontro da ANPAD está perfeitamente afinado com o comportamento considerado clássico entre os brasileiros: deixar tudo – ou quase tudo – para a última hora... Mas, se isso ainda é presente, hoje, estamos longe dos primeiros anos, nos quais praticamente só às vésperas do início da reunião sabia-se do número de trabalhos a serem apresentados.

No encerramento do XXIX EnANPAD foram também distribuídos prêmios aos melhores trabalhos de cada uma das Divisões Acadêmicas (10) da ANPAD, criadas na gestão anterior (Administração da Informação; Administração Pública e Gestão Social; Estratégia em Organizações; Estudos Organizacionais; Finanças e Contabilidade; Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação;

Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho; Gestão de Operações e Logística; Marketing; Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade), como também atribuído prêmio ao melhor trabalho de todo o evento, de autoria de João Alberto Crubellate, da Fundação Universidade Estadual de Maringá que recebera, anteriormente, o prêmio da Divisão de Estudos Organizacionais.

Carlos Omar Bertero, o Presidente, anunciou que o ano de 2006 caracterizaria a passagem de 30 anos da criação da ANPAD, uma data significativa para a Associação. A ANPAD nasceu como Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, com a adesão de nove (09) Programas de pós-graduação em Administração e um (01) de Ciências Contábeis. Mais recentemente, em setembro de 2003, com a criação das Divisões Acadêmicas, em face da implementação da norma estatutária que criou as categorias de Associados Individuais passou a denominar-se Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, permanecendo a sigla ANPAD. Em 2005, na data do XXIX EnANPAD, o tamanho da Associação tinha aumentado sete vezes em relação ao momento da criação (o número de Associados chegava a 65 Membros Efetivos e 8 Membros Observadores, e um total de 628 Associados Individuais, nas várias Divisões).

Encerrada a sessão, enquanto muitos de nós entabulavam as últimas conversas, eu inclusive, percorri os corredores do hotel e sentados numa poltrona do *hall* de entrada estavam o Presidente, Carlos Omar Bertero, e o ex-Presidente, Clóvis Machado-da-Silva. A eles me juntei e propus: por que não fazer um livreto com *estorinhas* desses 30 anos, que refletisse o humor e o prazer (ou talvez algum desprazer) que tivemos em estar juntos nesses 30 anos? Houve concordância preliminar de ambos, mas dias depois recebi um desafio maior, da Presidência: produzir um livro sobre esses 30 anos, tarefa maior e mais desafiadora. Como tenho dificuldades para negar o atendimento a um pedido a mim feito, concordei. Mas, não sou um historiador. Mas tenho boas lembranças de todo esse tempo. Este livro é o resultado da tentativa de atendimento a esse desafio. Não pretende ser um relatório burocrático, não pretende ser um livro de *estorinhas*, embora tenhamos conseguido registrar algumas. Pretende ser uma mistura de lembranças, de opiniões, de registros e uma oportunidade para que os leitores, particularmente os mais jovens, possam ter conhecimento do caminho percorrido e que os mais antigos, que viveram boa parte desse período, possam refletir sobre o mesmo, e que todos possam sentir um pouco de orgulho do nosso passado. Pode-se observar como a ANPAD evoluiu, de uma Associação com 10 Programas fundadores para uma Associação, trinta anos depois, com 75 Programas-membros (67 Efetivos e 8 Observado-

res). O leitor vai notar as diferentes tentativas de aglutinação de trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais, as primeiras com apresentação de cerca de uma dezena de trabalhos, e os Eventos Anuais, agora denominados de EnANPADs, e a evolução a que se chegou, com cerca de 800 trabalhos sendo apresentados e culminando com as Divisões Acadêmicas ora instituídas e que, possivelmente, passarão por outro processo de diferenciação interna.

Frequentemente, uso a primeira pessoa, como um observador participante de tudo, eis que acompanho a ANPAD desde pelo menos a 2ª Presidência, tendo sido também o 4º Presidente. Não estive presente nas reuniões preliminares, mas acompanhei mais ou menos de perto os principais acontecimentos. Naturalmente que precisei de alguns colaboradores para tornar viável a redação de alguns capítulos e eles estão mencionados nos textos em que esta contribuição foi feita. Outros leram partes do manuscrito, conferindo a adequação das informações registradas. A coleta de dados e a redação do livro deram bastante trabalho, mas também trouxeram satisfação.

Roberto Costa Fachin

2 de julho de 2006

Construindo uma
Associação Científica:

TRINTA ANOS da **ANPAD**

-memórias, registros, desafios-

Parte I

Decidindo criar uma Associação Científica da área

CAPÍTULO 1

Ano zero. Cenários: Nova Friburgo, Porto Alegre, Rio de Janeiro: por que uma Associação de Pós-Graduação em Administração? As deliberações para criar a ANPAD. O papel da CAPES. Participantes.

Como as revistas que começam e organizam o número zero, também a ANPAD nasceu, não em fins de 1976, mas algum tempo antes, com os primeiros encontros e primeiras propostas de organização. Algumas lembranças desses momentos foram obtidas com Armando Moreira da Cunha (EBAP), 1º Presidente da ANPAD; com Volnei Alves Cortá (UFERS), 2º Presidente; e, com Edson Machado de Souza, diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC, à época.

Enquanto a área de graduação em Administração começou a instalar-se na década de 40 do século passado (com algumas iniciativas pioneiras, como, por exemplo, a criação, ao final da década, do Instituto Racional do Trabalho (IDORT) e do Instituto de Administração junto à USP, na década de 50 já tinha ocorrido a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), em 1952, pela Fundação Getúlio Vargas, sob a liderança pioneira de Luis Simões Lopes, e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1954), a década reservada para o impulso à pós-graduação foi a dos anos 70¹. Mas, já antes da década de 70, começavam a se formar as bases do que seria a pós-graduação e a pesquisa nas universidades brasileiras. Data, por exemplo, de 1965, o parecer 977 do Conselho Federal de Educação (relator Newton Sucupira) que traça os rumos da pós-graduação no mundo, e o que se deveria pretender para o Brasil.

Foi nessa década de 70 (a lei básica da reforma universitária no Brasil foi de 1968), no bojo dos movimentos pela reforma universitária e sob os novos impulsos de desenvolvimento do chamado “milagre brasileiro”, pelo ingresso de capital estrangeiro e de firmas multinacionais, e pelas exigências de titulação do corpo docente das universidades que começaram a surgir os Programas de pós-graduação em Administração, tanto os chamados de *lato sensu* (cujo pioneirismo pode ser atribuído ao Programa de orientação profissionalizante em nível de pós-graduação na EAESP), “uma tentativa de adaptar às condições brasileiras o *Master of Business Administration* (MBA) norte-americano”², como os de *stricto sensu*, iniciados com Programas de mestrado. A década de 1970 é assim crucial para toda a comunidade científica, pois ali começa a ocorrer a “institucionalização da pós-graduação no Brasil”.

Foi com esse título (Institucionalização da Pós-Graduação no Brasil), circunscrito ao período 1974-1989, que o livro comemorativo do cinquentenário da CAPES registrou essa década e a seguinte³. Darcy Closs, no livro CAPES, 50 anos (FERREIRA e MOREIRA, pp. 68-83), ao depor sobre seu período como Diretor-geral da CAPES (1974-79), esclarece que, ao assumir a Direção do órgão, já tinha feito estudos diagnósticos da pós-graduação no país, e que sua prioridade na direção era “aumentar a oferta” de cursos de pós-graduação, a partir de identificação das áreas que era preciso desenvolver, pois já havia visão clara “sobre as áreas e cursos com grande necessidade de capacitação de docentes”. Entre as áreas por ele mencionadas como necessitando tal atenção da CAPES estavam as de Enfermagem, Biblioteconomia, como também as de Educação e Administração de Empresas [grifo meu]” (p. 74). É de referir, porque é importante conhecer para entender a dinâmica das modificações de orientação que a ANPAD empreendeu nesses trinta anos, que a orientação de Darcy Closs estava plenamente dentro das diretrizes do I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-79), que eram, dentre outras, as de “institucionalizar o sistema” e “planejar sua expansão” (cf. PNPg 2005-2010, 2005, p. 17).

Edson Machado de Souza - nenhum parentesco próximo, que eu saiba, com o nosso ex-Presidente *Clóvis Machado-da-Silva* - era o Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC, e a CAPES era subordinada ao DAU, conta⁴ que, à época, o MEC, através do DAU e da CAPES, queria incentivar e mesmo institucionalizar a pós-graduação no país, e não lhe parecia suficiente depender só dos relacionamentos formais com as Pró-Reitorias de Pós-Graduação (ou órgão similar) das universidades. Experiências satisfatórias obtidas com relacionamentos com a ABENGE (Associação de Escolas de Engenharia) e ABEM (Associação de Escolas Médicas) levaram a CAPES e o DAU a procurar outras associações que pudessem servir de interlocutoras do MEC. A área de Administração era uma delas. A CAPES e o DAU tinham preocupação pré-cipua com o ensino de graduação (lembre-se que a CAPES queria dizer, no início, Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior; e hoje, sua denominação é Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados, que visam ao desenvolvimento do país” (*apud* CAPES, 50 anos, p. 7). Para alcançar esse objetivo, a presença de Programas de pós-graduação era essencial. O estímulo da CAPES era, assim, o de dar todo o apoio possível para que Programas de

pós-graduação começassem com estrutura adequada e, nesse sentido, associações científicas ou profissionais em cada uma das áreas de conhecimento pareciam sumamente importante.

Com estímulo (inclusive financeiro), encontros preparatórios começaram a ter lugar em diferentes lugares do país, com apoio decidido do Ministério da Educação. Armando S. Moreira da Cunha, então coordenador do mestrado na EBAP/FGV e que acabou como 1º Presidente da ANPAD, assim o afirma em seu depoimento no volume especial da RAC⁵:

(...) a trajetória da ANPAD [vem] desde o seminário realizado na primeira semana de setembro de 1976, em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, com o propósito de avaliar o estágio da pós-graduação em Administração no país. O evento, organizado pela CAPES e pela Fundação Universidade-Empresa de Tecnologia e Ciência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contou com a presença dos coordenadores de pós-graduação em Administração das seguintes universidades: Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (CORPEAD), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (EBAP e EAESP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de São Paulo, esta última incluindo o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis. Participaram do encontro, também, representantes da FINER, PNTE, CFE, DAU/MEC, Fundação Ford, e Embaixada da França.

Esse primeiro encontro foi, nas palavras de Armando Cunha, “uma provocação à análise do estágio em que se encontrava essa área acadêmica no Brasil. Dava-se início, de forma sustentada, ao esforço cooperativo e ao intercâmbio na área, em suas diferentes dimensões” e “refletia os desafios singulares que os diferentes Programas de mestrado em Administração enfrentavam na época” (p. 146). Armando acentua os problemas que o curso de mestrado da EBAP, “surto, em sua versão inicial, em 1967, como o Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores em Administração (PRONAPA)” (p. 146) enfrentava, na época, como um exemplo dos problemas enfrentados por outros cursos no país:

Alinjava-se uma formação que contemplasse capacidade de análise crítica e independente de opções, ao mesmo tempo em que se proporcionava aos alunos um conjunto de instrumentos de análise e de intervenção. Nessa perspectiva, o Curso tornava-se mais acadêmico do que seria desejável para muitos (p. 146).

Após a reunião em Nova Friburgo, em setembro de 1976, realizada com o patrocínio da CAPES, mais duas foram realizadas para que se tomassem decisões e se formulassem os atos finais de constituição da ANPAD. A segunda reunião foi realizada na FEA/USP, em 15/10/76, dedicada especialmente à preparação do projeto de Estatutos. Na terceira - III Encontro dos Coordenadores de Pós-Graduação em Administração - a última das 3 reuniões que definiram a criação da Associação, realizada na EBAP/FGV, no Rio de Janeiro, em 21/12/76, foram finalmente aprovados os Estatutos da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), constituída, em seu início, por nove Programas de pós-graduação em Administração e um de Ciências Contábeis como membros fundadores - COPPEAD/UFRJ, EBAP/FGV, EAESP/FGV, FEA/USP, PPGA/UFRGS, PPGA/UEPB, PUC/RJ, UFMG, UnB - e um de Ciências Contábeis (Programa de Ciências Contábeis da USP) e eleita a primeira Diretoria, conforme a pauta de convocação da mesma. Os participantes dessa reunião foram: Armando Cunha (EBAP/FGV), Carlos Omar Berrero (EAESP/FGV), Eduardo Vasconcelos (FEA/USP), Maria do Socorro M. V. de Carvalho (Depro. de Administração/UnB), Paulo Mattos de Lemos (COPPEAD/UFRJ), Ricardo José Fonseca Pereira (PPGA/UEPB), Tara Baydia (PUC/Rio), Volnei A. Correa (PPGA/UFRGS) e Wilson Guedes Marinho (UEPB). A pauta era (1) a aprovação da ata do II Encontro de Coordenadores realizado na FEA/USP, em 15/10/1976; (2) aprovação da versão final dos Estatutos; (3) escolha da sede da ANPAD e eleição do Presidente.

Os Estatutos aprovados também possibilitavam a admissão, como Membros Observadores, de quaisquer instituições direta ou indiretamente relacionadas com o ensino de pós-graduação em Administração ou Ciências Contábeis, por proposta dos Membros Efetivos. Era, assim, uma Associação de Programas de pós-graduação na área. Não se previa a ocorrência de Associados Individuais, embora esse tema começasse a ser aventado desde a gestão da 2ª Presidência da ANPAD. Não se fez opção por uma sede determinada, ficando a ANPAD com sede que mudaria com a Direção eleita, para que uma sede num lugar só não acabasse por reforçar um só Programa.

Nos Estatutos, aprovados na reunião supramencionada, previa-se, basicamente:

- representar os interesses das instituições filiadas junto ao governo e entidades correlatas;
- "estabelecer um centro de informações e de demonstração a respeito de métodos de ensino, planos de pesquisas e fontes de recursos".

- colaborar com instituições de ensino e pesquisa no sentido de prestar informações para "a montagem de Programas e cursos de pós-graduação em Administração ou Ciências Contábeis";
- "promover a cooperação e o intercâmbio entre as instituições filiadas";
- "publicar e promover a publicação de livros, revistas e artigos";
- "promover e realizar congressos, seminários e reuniões de interesse dos membros da ANPAD".

Na mesma reunião, conforme pauta dos trabalhos previamente definida, foi escolhido o 1º Presidente. A pessoa escolhida foi o anfitrião do encontro, o professor Armando Moreira da Cunha, da EBAP/FGV.

Apenas para registrar quão jovem era a ANPAD, basta que se diga que seu Presidente, Armando Moreira da Cunha, escolhido na reunião, tinha apenas 28 anos! (e, ainda hoje, talvez por questões genéticas, quase aos 60 anos, apresenta uma vasta cabeleira...!).

Segundo ele, não houve disputa pelo cargo, embora ele supusesse que havia interessados na Presidência, mas uma vez lançada a candidatura (não se lembra por quem) não houve reação nenhuma, pois antes de tudo o que importava era a harmonia e a cooperação na constituição de uma Associação, recém criada. Foi também decidido que a sede da ANPAD seria na EBAP/FGV.